Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais
e-ISSN 2238-6912 | ISSN 2238-6262| v.10, n.19, Jan./Jun. 2021 | p.86-107

UMA ZONA CREPUSCULAR? PAZ E CONFLITO NA AMÉRICA LATINA E NAS NAÇÕES UNIDAS

Sezai Özçelik[1]

Introdução

A América Latina é relativamente uma das regiões menos conflituosas do mundo. É um continente relativamente pacífico e tem sido especialmente um dos lugares mais pacíficos em termos de ausência de violência direta e guerras interestaduais. Houve conflitos bilaterais ou trilaterais entre os vizinhos, mas a maioria dos conflitos na América Latina é categorizada em conflitos internos e intra-estaduais. Desde a Guerra do Chaco de 1935 entre o Paraguai e a Bolívia, conflitos interestatais raramente ocorreram entre os países da América Latina. Além disso, a mais longa disputa interestadual do mundo aconteceu na América Latina entre o Equador e o Peru, começando em 1809 e terminando em 1998. A guerra tem sido a exceção e não a regra desde 1883 no continente. O último conflito interestatal na região foi a Guerra das Malvinas, entre uma potência externa e uma potência média regional, nomeadamente a Grã-Bretanha e a Argentina.

A relação entre os esforços de paz das Nações Unidas e a política internacional na América Latina hoje requer nossa atenção e exige reflexão e estudo sérios. As mudanças na América Latina foram notavelmente rápidas e generalizadas desde o fim da Guerra Fria. Como resultado, é necessário dar atenção acadêmica à explicação e compreensão do conflito, da paz e do papel das Nações Unidas na América Latina. A continuidade significativa também é visível nas instituições, ideias e perspectivas sobre conflito e a paz na América Latina (Özçelik 2018). Muito do conflito na América Latina foi explicado com o significado de pobreza e o lugar apropriado dos mais pobres na sociedade e na política latino-americana moderna. Se um estudioso definir adequadamente os pobres e lançar luzes sobre a explicação adequada acerca

1 Professor Associado na Cankiri Karatekin University, Turquia.

da pobreza, torna-se mais fácil encontrar e resolver as causas profundas dos conflitos na América Latina (Özçelik 2016).

Nos dias atuais de globalização e Indústria 4.0 (4a Revolução Industrial), novas ameaças e desafios geram novos tipos de conflitos e violência. A lista de ameaças e desafios globais atuais e futuros ficou mais longa com o fim da Guerra Fria: terrorismo transnacional, armas de destruição em massa (ADM), crime organizado, epidemias de saúde global, AIDS, *boom* populacional, seca, mudança climática, conflitos regionais, migrações em massa, degradação ambiental, insegurança energética, pobreza, Estados falidos, poluição, crises econômicas globais, abusos dos direitos humanos, crimes contra a humanidade, genocídio, crimes de guerra, etc. (Özçelik 2019). Essas novas ameaças e desafios podem ter a capacidade de atingir todos os cantos do mundo. Por exemplo, as mudanças climáticas podem ter efeitos desastrosos nas nações das ilhas do Caribe porque podem destruir o mapa mundial (Özçelik 2015). A paz e a estabilidade podem ser garantidas em qualquer Estado em qualquer parte do mundo, independentemente de quão remoto e distante esteja esse ator internacional do sistema internacional. O mundo pós 11 de setembro abriu a caixa de Pandora para os assuntos mundiais. Os atores internacionais foram movidos para escolas de pensamento mais (neo)-realistas e construtivistas que minam qualquer percepção de paz regional e um futuro estável. Os Estados mais provavelmente cuidam de seus próprios interesses, lutam pela sobrevivência e contam com sistemas de autoajuda. O sistema das Nações Unidas enfraqueceu porque os atores internacionais perceberam que nenhum Estado deve depender de ninguém para a segurança nacional e internacional, uma vez que as ameaças e desafios à segurança vêm de novos tipos de inimigos, a maioria dos quais provavelmente não são estatais e transnacionais.

Mesmo que muitos estudiosos acreditem que a importância dos Estados vem diminuindo no sistema internacional, os Estados ainda podem buscar alianças, ações de segurança coletiva e o sistema das Nações Unidas. A América Latina como um sistema sub-regional tem se desenvolvido como uma zona de paz nos últimos trinta anos (Oelsner 2009).

Este artigo tem como objetivo explicar a mudança no nível de conflito e violência interna da América Latina em relação a outras regiões do mundo. Ele examina um único subsistema regional, a América Latina no contexto do conflito e da paz, bem como o papel das Nações Unidas. Em primeiro lugar, visa lançar luzes sobre as principais transformações e mudanças em termos de questões políticas, econômicas, sociais e culturais na América Latina. Em segundo lugar, examina-se o conceito de zona de paz na região. As principais atividades das Nações Unidas em relação ao conflito e à paz são investigadas

na terceira seção. Em conclusão, destacam-se as lições aprendidas com os processos de conflito e paz na América Latina.

Principais Transformações e Mudanças na América Latina

A América Latina passou por grandes mudanças, e transformações na era pós-Guerra Fria, cujas mudanças estruturais na região moveram linhas de falha. Em primeiro lugar, muitos estudiosos têm rotulado a América Latina como "zona de paz" em termos de relações interestaduais. Tecnicamente, raramente houve conflitos militares interestatais nas regiões da América Latina e do Caribe. É efetivamente chamada de "zona de paz interestadual". A América Latina também baniu as armas de destruição em massa (ADM) e se declarou como "região desnuclearizada" (Aravena 2018). Em segundo lugar, a democracia, o Estado de Direito e o respeito pelos direitos humanos se tornaram a norma importante e constante na América Latina nos últimos trinta anos. Todos os países da região acreditaram no processo de democratização e abriram suas possibilidades democráticas. Com a terceira onda democrática, a democracia na América Latina construiu alguns princípios democráticos básicos, como partidos políticos, pluralidade, eleições e segundo turno (um segundo voto popular entre os dois principais candidatos após o primeiro turno).

Os resultados eleitorais foram reconhecidos principalmente por todos os atores políticos do sistema eleitoral. No entanto, a confiança do público na democracia tem diminuído cada vez mais na região. O crescente descontentamento entre os cidadãos da América Latina tem se mostrado um declínio prolongado na legitimidade política e um impacto negativo na coexistência democrática (Mcclintock 2018). A terceira grande mudança na América Latina foram as transformações econômicas, bem como o *boom* econômico. Em virtude do comércio global e da economia neoliberal, o crescimento econômico significativo na América Latina levou à redução da pobreza extrema e ao crescimento da classe média no período de 2003 a 2009. A segunda década do século XXI viu uma desaceleração econômica e o declínio do comércio regional e global. Desde 2010, o lento crescimento econômico tem causado a deterioração da distribuição de renda e o aumento da desigualdade e da pobreza. Os governos da região implementaram políticas inovadoras em saúde e educação que levaram a uma variedade de melhorias nos indicadores socioeconômicos em 2010, mais do que em qualquer ano anterior, tais como: acesso a médicos, matrículas escolares, mortalidade infantil, taxas de natalidade, expectativa de vida, etc. (Kingstone 2011).

Outra transformação na América Latina está relacionada à natureza altamente diversa das iniciativas de integração regional. A região testemunhou numerosos processos de integração regional, política e econômica. Por exemplo, a Organização dos Estados Americanos (OEA), a primeira organização regional aceita pela Organização das Nações Unidas (ONU) e o sistema de governança regional mais antigo do mundo, tem sido um ator importante para enfrentar as questões regionais de segurança e políticas mais urgentes. A *Comunidad de Estados Latinoamericos y Caribenos* (CELAC, Comunidade da América Latina e Caribe), que reúne todos os países de uma região composta por 33 nações, foi criada para proporcionar "um espaço comum voltado para o aprofundamento da integração cultural, econômica, política e social da região". O Presidente da Nicarágua, Daniel Ortega, afirmou que "estamos condenando a Doutrina Monroe à morte". O presidente cubano Raúl Castro chamou a CELAC de "o maior evento em 200 anos". O presidente venezuelano, Hugo Chávez, gritou "Viva Bolívar!" e disse que "o novo grupo regional revive o sonho de Bolívar" (Toothaker 2011).

O último e não menos importante desenvolvimento é sobre a onda avassaladora de crime organizado transnacional (narcotraficantes, cartéis, paramilitares e gangues de rua), violência urbana e migração internacional. Embora a América Latina tenha uma paz relativa negativa (ausência de guerra), o crime organizado transnacional hoje ameaça a estabilidade de muitos governos e causa conflitos internos e a falta de paz positiva (ausência de violência estrutural e cultural). O crime organizado transnacional também está relacionado a mortes de civis, violações dos direitos humanos, tráfico humano, migração internacional, corrupção, suborno e o colapso das estruturas sociais, econômicas e culturais (Carpenter 2016).

Por conta de líderes políticos corruptos, instituições fracas e a explosão da violência urbana devido ao tráfico de drogas, a América Latina viu Estados semi colapsados, bem como o colapso total do Haiti, e Estados à beira do colapso, como a Colômbia, o México, a Venezuela e a instabilidade na Guatemala, Nicarágua e toda a região andina. O processo de transformação econômica neoliberal levou a uma divisão social e cultural nas sociedades latino-americanas. Como resultado, cartéis de drogas, organizações rebeldes violentas e grupos paramilitares têm causado violência política e um conflito multifacetado com múltiplos jogadores, uso generalizado de drogas, crescimento econômico desigual e penetração na cultura da violência (Howard 2016). Muitos grupos extremistas como as FARC na Colômbia evoluíram de um movimento social de base marxista para uma organização multimilionária de tráfico de drogas. A área da tríplice fronteira (TBA) do Brasil, Argentina e Paraguai viu o aumento do terrorismo global na era pós-11 de setembro.

Por exemplo, o Hezbollah e o Hamas realizaram "não apenas atividades de arrecadação de fundos, mas também tráfico de armas e drogas, contrabando, fraude de documentos e moedas, lavagem de dinheiro e manufatura e movimentação de mercadorias pirateadas nesta área" (Departamento de Estado dos EUA 2012).

Nos últimos anos, Bolívia, Equador e Venezuela testemunharam problemas de transparência, responsabilidade e capacidade de organizar oposição. Na Colômbia, conflitos arraigados, prolongados e contínuos entre o governo e as FARC ameaçaram a estabilidade regional e a integridade da governança democrática. No México, a violenta "guerra às drogas" e os cartéis causaram um grande impacto, com mais de 150.000 homicídios dolosos desde 2006 (CNN 2018). Em quase todos os países da América Latina, a corrupção, o suborno, o nepotismo, a falta de transparência e as violações dos direitos humanos permaneceram como problemas não resolvidos que deterioram a estabilidade e a democracia. O Estado de direito tem sido fraco e sua aplicação aos cidadãos de baixa renda tem sido problemática.

Zona Híbrida de Paz?

A paz não pode ser limitada apenas como a ausência de conflito. É mais do que isso. Pode ser dividida em paz negativa e paz positiva. A paz negativa (zona de paz) é a ausência de violência direta (Özçelik 2017). Tem como objetivo reduzir, eliminar e acabar com toda a violência física, bem como com a guerra. Paz positiva significa paz negativa mais a ausência de violência estrutural e cultural. A violência é, tradicionalmente, entendida como a imposição de danos corporais com a intenção de ferir. A violência direta envolve ferir ou matar intencionalmente pessoas, dirigindo-se a um grupo ou pessoa específica e também incorporando violência verbal (Galtung e Fischer 2013).

A violência estrutural ocorre quando as pessoas podem ser mortas, psicologicamente prejudicadas, privadas ou mal desenvolvidas devido a estruturas políticas ou socioeconômicas violentas (Galtung 1969). A violência cultural é o uso de nacionalismo, racismo, sexismo, islamofobia, xenofobia e outras formas de discriminação na mídia, artes, educação, literatura, filmes, nomes de ruas, monumentos, celebração de dias nacionais especiais e heróis, etc. para intelectualmente justificar a violência direta e estrutural (Galtung 1990).

A segurança relativa na América Latina resulta de interações legalistas e institucionalizadas multilateralmente entre Estados e formuladores de

políticas na região. A ordem regional é estável e os atores regulares têm padrões regulares de interação; pode ser moldada por uma identidade única da América Latina, uma compreensão compartilhada da resolução pacífica de conflitos e uma ênfase no crescimento e desenvolvimento. Tem como objetivo diminuir os efeitos das grandes potências, nomeadamente os Estados Unidos e a União Soviética na região. A longa paz da América Latina, por sua vez, pode ser explicada por uma série de fatores: (1) após um primeiro período pós-independência, os Estados-nação são consolidados com sucesso quando as guerras de fronteira, como a Guerra do Paraguai (1864-1870) e a Guerra do Pacífico (1879-1883) foram resolvidas; (2) um poderoso mediador e a cultura legalista foram expandidos e (3) os Estados-nação independentes na região tiveram um poder muito maior (Kacowicz 1998). Outro fator importante na paz regional da América Latina é o uso de uma tradição de resolução pacífica de controvérsias pela aplicação do princípio *uti possidetis ita possideatis*[2] que ajuda a estabelecer uma visão compartilhada de governança de segurança regional (Kacowicz 2005).

Para muitos estudiosos, a América Latina é categorizada como "zona de paz" em termos de ausência de guerras interestaduais. Mas outros argumentam que é uma zona híbrida de paz porque é um lugar violento em termos de presença de violência intra-urbana e intermunicipal, guerrilhas, violência de gangues, violência juvenil e traficantes de drogas que constituem a região com maior índice de violência urbana na Terra (Merke 2011). Como região, a América Latina está integrada à sociedade internacional pluralista e possui um equilíbrio de poder regional. Em segundo lugar, muitos conflitos relacionados a questões territoriais e recursos naturais foram resolvidos; no entanto, a paz positiva não foi alcançada, uma vez que a violência estrutural e cultural continuou, mesmo no século XXI. Terceiro, as antigas e novas instituições, normas e regimes regionais podem ajudar a encontrar uma solução pacífica para disputas e conflitos. No entanto, o crime organizado e a violência urbana tornaram-se uma ameaça real e um desafio para a estabilidade regional e relações harmonizadas. Quarto, a teoria da paz democrática pode ser aplicada à América Latina, uma vez que os países democráticos regionais mantêm um desenvolvimento sustentável e uma interdependência econômica que evita guerras, bem como as instituições democráticas e a opinião pública restringe os formuladores de políticas ao uso da força (Villa 2017).

2 Uti possidetis ita possideatis significa "como você possui, então você pode possuir". A doutrina Uti possidetis de jure é definida como "as velhas fronteiras administrativas tornar-se-ão fronteiras internacionais quando uma subdivisão política alcançar a independência". Paul R. Hansel, et al. "The Colonial Legacy and Border Stability: Uti Possidetis and Territorial Claims in the Americas", 2006. http://paulhensel.org/Research/i005.pdf.

A ideia da zona de paz para a região da América Latina surgiu não para os Estados da região, mas para as superpotências durante a Guerra Fria. Também se baseou na recusa do uso da força para resolver conflitos interestatais e disputas de fronteira. Muitos políticos e estadistas latino-americanos têm afirmado que a integração política e econômica e o federalismo podem causar a negação do uso da força e da abordagem de segurança comum na região. Por exemplo, Simon Bolivar, que é rotulado como Ataturk da América Latina, estabeleceu a Gran Colômbia (atual Venezuela, Equador e Colômbia). As sociedades centro-americanas criaram as Províncias Unidas da América Central após a independência, já Peru e Bolívia formaram Estados confederados (Mares 2001). Outra razão pela qual a América Latina limita o uso da força está relacionada à "hipótese de paz hegemônica" de que a hegemonia dos EUA causa paz interestadual na América Latina. Por ser considerado o quintal da América, as capacidades e os interesses dos EUA restringem os comportamentos e atitudes conflitantes de atores internacionais e regionais; assim, o papel hegemônico dos EUA é promover e manter a paz intra-regional na América Latina (Martin 2006). A terceira razão é a longa tradição de uso de meios não violentos, tais como a mediação, a arbitragem e a intervenção de terceiros (especialmente a OEA) em conflitos na América Latina.

Os latino-americanos fizeram da arbitragem, das instituições jurídicas e do direito internacional componentes importantes da *Pax Latino Americana,* bem como o respeito à não intervenção de potências estrangeiras, a cooperação mútua, a não interferência nos assuntos internos e a solução pacífica de controvérsias entre as Nações americanas (Scarfi 2016). A quarta razão é a falta de conflito étnico e religioso na América Latina devido à homogeneidade das sociedades latino-americanas. Embora a América Latina tenha sofrido com a desigualdade étnica e racial, visões de mundo etnocêntricas (Ögretir e Özçelik 2008), a marginalização de muitos povos indígenas e conflitos baseados no crime (violência de gangues, tráfico de drogas, violência urbana e tráfico de pessoas), ainda está imune aos conflitos étnicos e à violência interna.

As Nações Unidas na América Latina

As Nações Unidas oferecem um fórum para os países da América Latina. Eles desempenharam um papel muito maior na ONU do que na Liga das Nações. Com o aumento das organizações econômicas, ambientais e técnicas no pós-guerra, as grandes potências pedem a cooperação dos países latino-americanos, mas, na maioria das vezes, os Estados da América Latina não tinham poder militar e econômico para ajudar na segurança comum no globo. Da mesma forma, as Nações Unidas têm muito pouco envolvimento

com conflitos e violência na América Latina. Um dos motivos é que as Nações Unidas deram prioridade a outros conflitos violentos urgentes e novos em outras partes do mundo. Em segundo lugar, a maioria das Nações Unidas subcontratou quaisquer conflitos ou crises nos Estados Unidos como uma hegemonia regional. Os EUA pediram para cuidar de seu "próprio quintal". A ONU também dependeu da OEA para ter desempenhado um papel ativo na gestão de conflitos na região por mais de setenta anos (Shaw 2003).

Os países da América Latina têm desempenhado um papel central nas operações de manutenção da paz em todo o mundo. Desde Simón Bolívar, conhecido como o Libertador, e do Congresso do Panamá, os países latino-americanos têm participado das organizações internacionais, apoiado a Liga das Nações, e a maioria deles foram membros fundadores das Nações Unidas, em 1945 (Fishel 2008). A primeira vez que os países sul-americanos se envolveram em iniciativas de cooperação em segurança foi para garantir a paz ordenada pela Liga das Nações após a Guerra do Chaco (1932-35) entre a Bolívia e o Paraguai com o estabelecimento da Comissão Militar Neutra. As tropas latino-americanas foram fornecidas pela Argentina, Brasil, Chile, Peru e Uruguai para monitorar o cessar-fogo, evacuar materiais militares e armas, definir linhas de demarcação e supervisionar a troca de prisioneiros de guerra (Neta 2013). O Uruguai lista esta operação de manutenção da paz (*Peacekeeping Operations* - PKO) como a primeira em mais de noventa anos de experiência em PKOs.

Nos últimos anos, a América Latina evoluiu de destinatários de manutenção de paz para exportadores de paz, aumentando as contribuições de tropas por região de 2,5% em 2000 para 8,9% em 2010. O Uruguai também ficou em primeiro lugar na América Latina e o oitavo no mundo por contribuição de tropas, com 20.394 soldados em 2010 (Sotomayor 2015). A primeira razão pela qual os países da América Latina aumentaram sua participação nas UN PKOs é que eles esperavam obter alguns ganhos financeiros. Em segundo lugar, com a ascensão da globalização e do neoliberalismo, as sociedades latino-americanas começaram a assumir posições firmes nas questões globais de paz e segurança.

Em terceiro lugar, a onda de democratização, o desejo de reformar as forças armadas no período pós-golpe de Estado, o respeito pelos direitos humanos, a validade do direito internacional, o multilateralismo, a não intervenção e a resolução pacífica de conflitos são alguns princípios esmagadores para a maioria da população, sociedades e governos da América Latina. Em quarto lugar, as principais potências latino-americanas, como Brasil e Argentina, evoluíram do pensamento realista da política de poder regional para o neofuncionalismo e o neoliberalismo, que defendem formas

supranacionais de cooperação, a acomodação da agenda política doméstica, integração regional e novo ativismo em escala global (Diamint 2013).

As contribuições dos Estados latino-americanos para as PKOs começaram quando observadores argentinos e chilenos foram enviados para a Organização das Nações Unidas para Supervisão da Trégua (UNTSO), em 1948. Os observadores chilenos e uruguaios foram destacados para o Grupo de Observadores Militares das Nações Unidas na Índia e Paquistão (UNMOGIP), em 1949 (Kennedy 2006). Alguns Estados sul-americanos desempenharam papéis proeminentes e de liderança em quase todas as PKOs da ONU durante a Guerra Fria e no período pós-Guerra Fria: o Brasil e a Argentina contribuíram com militares para a Operação da ONU no Congo (ONUC) entre 1960-64. Os generais brasileiros serviram como observadores-chefe da primeira Missão de Verificação da ONU em Angola (UNOVEM I) entre 1988-91 e como comandantes da força da Operação da ONU em Moçambique (ONUMOZ), de fevereiro de 1993 a fevereiro de 1994.

Tanto o Brasil quanto a Argentina enviaram tropas para a UNAVEM I; Argentina, Brasil e Colômbia ativamente envolvidos na UNAVEM II (maio de 1991 a fevereiro de 1995); e Brasil e Uruguai contribuíram para a UNAVEM III (fevereiro de 1995 a junho de 1997). Argentina, Brasil e Uruguai enviaram tropas à ONUMOZ (janeiro de 1993 a dezembro de 1994) (NETA 2018). A Argentina contribuiu com dois comandantes de força para a Força de Manutenção da Paz da ONU, no Chipre (UNFICYP), e um batalhão para a Força de Proteção da ONU (UNPROFOR) na Bósnia-Herzegovina.

O papel da ONU na América Latina foi decepcionante durante a Guerra Fria. Para garantir a resolução do conflito regional, os EUA propuseram a ideia de estabelecer uma aliança regional permanente, que foi formada em 1947 na Conferência Pan-Americana realizada no Rio de Janeiro. O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, conhecido como Tratado do Rio ou Pacto do Rio, foi proclamado como o protótipo da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em 1949. O Artigo 3 do Tratado do Rio é mais semelhante à famosa linha dos Três Mosqueteiros, "todos por si e nada por todos" do que do mecanismo de segurança coletiva da OEA (Orakhelashvili 2011): "um ataque armado de qualquer Estado contra um Estado americano será considerado um ataque contra todos os Estados americanos".

De acordo com os artigos 52-54 da Carta das Nações Unidas, o sistema pan-americano informal evoluiu para uma nova instituição política com sede e pessoal permanentes: a Organização dos Estados Americanos (OEA). A Carta da OEA confirmou a igualdade de seus Estados membros e a garantia do princípio da não intervenção. A OEA está em conformidade com a Carta da ONU, que reafirma a Doutrina Monroe e o Sistema Interamericano (Smith

2005). A PKO latino-americana mais significativa e importante foi a Força Interamericana de Paz, destacada para a República Dominicana em 1965, sob os auspícios da OEA. A intervenção unilateral dos EUA, juntamente com a aprovação de 14 outros membros da OEA, teve como objetivo encerrar um conflito interno entre as forças legalistas (governo provisório) e constitucionalistas (rebeldes). A resolução da OEA foi rejeitada por apenas cinco membros da OEA. Brasil, Honduras, Nicarágua, Paraguai, Costa Rica e El Salvador enviaram suas tropas para a missão (Wilson e Dent 1995).

A ONU geralmente envolve a resolução pacífica de conflitos interestaduais, em vez de conflitos internos e intra-estaduais. Pela primeira vez na história da ONU, em janeiro de 1992, a organização internacional desempenhou um papel mediador para encerrar o conflito intratável e arraigado entre o governo de El Salvador, liderado pelo presidente Alfredo Cristiani, e o grupo guerrilheiro Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN). Foi a primeira missão de construção de paz da ONU. Ainda assim, a experiência e o envolvimento da ONU na paz regional na América Latina foram muito poucos e raros (Whitfield 1999). O resultado foi a criação do Grupo de Observadores das Nações Unidas em El Salvador (ONUSAL).

É interessante notar que o primeiro secretário-geral latino-americano da ONU, Javier Perez de Cuellar, voltou a atenção da ONU para a região assim que assumiu o cargo em 1982. O grupo Cantadora foi criado em 1985 para promover um clima político de paz, segurança e democracia na América Latina, apoiado pela Organização dos Estados Americanos (OEA), pela ONU e pelos governos centro-americanos. Para iniciar o processo de paz na América Central, os secretários-gerais da ONU e da OEA visitaram cinco países centro-americanos em janeiro de 1987. Após esta visita, apesar da oposição do governo Reagan, Oscar Arias propôs um renascimento do processo de paz em Esquipulas, Guatemala, em fevereiro de 1987. O Esquipulas II moveu o processo para a segunda etapa, em agosto de 1987 (Smith 2007).

O principal processo de transformação da paz, o Plano Arias, também visava reduzir os conflitos locais e construir a segurança regional. Foi redigido pelo presidente da Costa Rica, Oscar Arias, que recebeu o Prêmio Nobel da Paz em dezembro de 1987 (Romero 1998). O Plano Arias concordou com a seguinte estrutura para trabalhar com todas as partes em conflito: "reconciliação regional, anistia política, a democratização da região e o fim do apoio estrangeiro ou doméstico a movimentos de insurgência, um chamado para eleições livres e nenhuma agressão da parte de um Estado contra outro" (Child 1992, 48). Após a assinatura dos acordos de paz da América Central, a CIAV (Comissão Internacional de Apoio e Verificação) foi criada com a participação da ONU e da OEA, em agosto de 1989.

Além disso, o Grupo de Observadores das Nações Unidas na América Central (ONUCA) foi aprovado pelo Conselho de Segurança da ONU em novembro de 1989. O primeiro envio de manutenção de paz da ONU na América Latina entrou em vigor em dezembro de 1989. Seu mandato principal era monitorar a fronteira hondurenha-nicaraguense. A ONUCA era comandado pelo general espanhol e incluía 255 observadores militares de uma dúzia de países e um batalhão de pára-soldados venezuelanos (Dent e Wilson 2014).

A ONUCA enfrentou algumas limitações e desafios. Em primeiro lugar, havia uma falta de coleta de informações que afetava as atividades de monitoramento da ONUCA. Em segundo lugar, a operação contava com problemas logísticos e administrativos e começou tarde. Terceiro, o mandato da ONUCA exigia apenas desmobilização voluntária. Como resultado, não está claro quantas forças de guerrilha desistiram de suas armas. Em quarto lugar, há uma falta de coordenação eficaz entre as diferentes instituições, a saber, a ONUCA, agências da ONU e OEA. A ONUCA também apresentou algumas inovações para as operações de paz da ONU em geral.

Primeiro, é a primeira operação de manutenção de paz da ONU com mandato de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR). É também o primeiro exemplo de supervisão de eleições em um Estado-nação soberano. Outra inovação é combinar patrulhas navais e de helicóptero. A quarta inovação é que é uma missão de verificação geral e construção de confiança para monitorar rebeldes transfronteiriços (cerca de 23.000 combatentes) e o movimento de armas entre cinco países centro-americanos. Em essência, a ONUCA é uma história de sucesso para resolver os principais problemas de segurança entre a Nicarágua e Honduras (Koops 2015).

Além disso, existe um modelo de resolução de conflitos e manutenção de paz de envolvimento de duas organizações internacionais, a ONU e a OEA na América Latina. O exemplo foi uma missão de observação eleitoral nas eleições de fevereiro de 1990 na Nicarágua. O presidente Ortega pediu que observadores internacionais monitorassem todo o processo eleitoral para eleições livres e justas. O Conselho de Segurança da ONU votou pela aprovação do Grupo de Observadores da ONU para a Verificação de Eleições na Nicarágua (ONUVEN, em espanhol). A Assembléia Geral da OEA também aprovou formalmente o Grupo de Observadores da OEA para monitorar o processo eleitoral na Nicarágua em novembro de 1989 (AG/RES.993). A equipe de observadores da OEA foi composta por um total de 433 observadores da OEA, provenientes do pessoal da Secretaria-Geral da OEA e de outras agências. Em agosto de 1989, os observadores foram distribuídos em nove distritos eleitorais na Nicarágua (Beigbeder 1994).

Tanto a ONUVEN quanto a OAS exerceram autoridade comum para garantir processos e resultados eleitorais justos, livres e bem-sucedidos na Nicarágua. Além disso, o Carter Center estava envolvido no processo. Em nove regiões, os escritórios eleitorais da OEA, compostos por duas pessoas, atenderam às reclamações sobre as eleições. Seus trabalhos se concentraram na observação do processo de registro e incidentes de intimidação em diferentes partes do país. No final do processo, várias centenas de reclamações foram recebidas, a maioria das quais relacionada a procedimentos de registro de eleitores, regras eleitorais, questões de mídia e atividades de campanha. Um exemplo foi o acesso gratuito e justo à mídia (Pallister 2017). A TV estatal criou uma oportunidade para que todos os partidos políticos transmitissem seus pontos de vista. Mas as transmissões não alcançaram todo o país. Os funcionários da TV, supostamente simpatizantes dos sandinistas, intimidaram os funcionários da ONU que trabalhavam para resolver o problema. Após a intervenção direta de Ortega e do chefe do Conselho Supremo Eleitoral, os representantes da ONU puderam corrigir a transmissão da TV (Orozco 2002).

Considerações Finais

Os conflitos durante a Guerra Fria na América Latina se caracterizaram por uma série de conflitos sobrepostos. Eles podem ser explicados em quatro questões inter-relacionadas. Em primeiro lugar, o confronto perpétuo sobre os arranjos domésticos e as estruturas de poder internas produziram ciclos de repressão, resistência e instabilidade. Em segundo lugar, o poder dos EUA na América Latina tem causado a persistente tensão sobre a natureza das relações interamericanas. Terceiro, o surgimento da divisão Norte/Sul e do Terceiro Mundo deu origem à tensão social e à divisão ideológica na sociedade. Quarto, duas superpotências, EUA e União Soviética, jogaram um jogo de soma zero no Sul global para alcançar hegemonia política, estratégica e ideológica (Brands 2010).

É necessário resumir as razões da zona híbrida de paz na América Latina. Em primeiro lugar, os Estados Unidos como hegemon global e o Brasil como hegemon regional têm desempenhado um papel equilibrador no combate às ameaças externas à região. Em segundo lugar, duas eras de equilíbrio regional de poder, 1883-1930 e 1970-80, foram cruciais para a manutenção da paz regional. Terceiro, a ideia do bolivarianismo acredita que uma confederação frouxa entre os países da América Central e do Sul evitaria ameaças externas. A fim de inibir primeiro a ameaça de intervenção europeia

e depois dos EUA, muitos países latino-americanos resolveram seus conflitos e disputas de fronteira dentro do princípio de não intervenção e solução pacífica da disputa.

Em quarto lugar, um equilíbrio regional de poder entre Brasil, Argentina, Chile e Peru, Pax Brasiliana ou Pax Americana, é causado pelo isolamento geográfico, a falta de interação, a irrelevância econômica e política e os fracos poderes militares e economias subdesenvolvidas. Quinto, a tendência de democratização no início da década de 1980 e a transição de regimes autoritários para regimes liberais/democráticos na América Latina explicam o baixo nível de conflitos internacionais e o alto nível de estabilidade política e consenso normativo sobre paz estável. Sexto, há uma ligação empírica entre o desenvolvimento econômico, o crescimento e a prosperidade e as transformações econômicas neoliberais com os *Chicago Boys* e a ausência de guerras.

Embora as teorias da dependência possam lançar luz sobre a falta de desenvolvimento econômico na América Latina, a busca do crescimento econômico com o neoliberalismo pode ter um efeito pacificador na região. Em sétimo lugar, a interdependência econômica, a institucionalização da cooperação mútua e a integração regional, como o Mercosul e o Pacto Andino, são forças importantes para a paz regional. Oitavo, a razão pela qual o uso da força está ausente nas relações internacionais da América Latina está relacionada à cultura diplomática, contextos históricos e culturais comuns, solidariedade e identidade regionais distintas e excepcionalismo sobre uma solução pacífica de disputas internacionais por meio de arbitragem, mediação, negociações bilaterais e intervenções de terceiros. Nono, os latino-americanos estão satisfeitos com o *status quo* territorial porque o princípio do *uti possidetis* se tornou uma regra após as guerras regionais durante as últimas décadas do século XIX e as primeiras duas décadas do século XX (Kacowicz 2005).

É importante destacar as lições aprendidas com o processo de paz na América Latina. Após prolongadas negociações e intervenções de terceiros, os guerrilheiros estão passando de combatentes da liberdade ou terroristas a atores políticos do processo democrático. Também aprendemos que negociar e assinar um acordo de paz é apenas o primeiro passo. O mais importante é o compromisso, o cumprimento e a implementação do tratado de paz, ou seja, a construção da paz pós-conflito e a reconstrução pós-conflito, não apenas a estabilização política e econômica de curto prazo, mas também a recuperação do Estado a longo prazo, bem como uma paz positiva. Também faz-se necessária uma transição bem-sucedida para a paz na América Latina, o que requer que o DDR envolva a eliminação do desafio de segurança pós-conflito pela reintegração e reassentamento de pessoas deslocadas, a fim de

encerrar o conflito violento.

A paz na América Latina precisa de um processo de reforço da confiança mútua e do apoio financeiro para um Estado aberto e inclusivo. Em terceiro ponto, os países da América Latina como o Cone Sul (Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai) passaram por transições da ditadura militar para a democracia, bem como das estruturas políticas, econômicas e sociais. Outra transição na América Central (El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá) é acabar com os movimentos revolucionários depondo as armas e construindo sociedades mais abertas e democráticas. A América Latina pós-Guerra Fria viu o fim de uma série de conflitos internos, tais como: o Zapatista em Chiapas, México, o Sendero Luminoso (Sendero Luminoso) e o Movimento Tupac Amaru no Peru, os Sandinistas na Nicaragua, a URNG (*La Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca*) na Guatemala e a FMLN (*Farabundo Martí para la Liberación Nacional*) em El Salvador (Colletta 2000).

Em quinto lugar, as rivalidades étnicas e os conflitos religiosos não são comuns na América Latina, ao contrário das regiões da África Subsaariana, Oriente Médio e Sudeste Asiático. Como a maioria dos conflitos internos foram causados por guerras por procuração (*proxy wars*) do sistema internacional bipolar, a estabilidade e a paz dependeram principalmente de fatores e atores externos (Özçelik 2018). Quando a Guerra Fria terminou, atores internacionais como a ONU desempenharam um papel essencial para sustentar a estabilidade e apoiar os processos de paz, especialmente na América Central. A resolução de conflitos e a construção da paz na América Latina exigiram a união das partes em conflito usando o papel neutro de facilitação e mediação de atores internacionais como a ONU e os mediadores regionais de poder, como o presidente da Costa Rica, Oscar Arias Sanchez.

A América Latina tem uma abordagem única de gestão de conflitos regionais de acordo com as Nações Unidas. A maioria das regiões do mundo não usou abordagens e instituições legais para a promoção da paz. Mas os países da América Latina frequentemente recorrem à arbitragem internacional para encontrar uma solução para suas disputas territoriais. Em segundo lugar, a região aplicou principalmente sanções econômicas, não como ações simbólicas, como o boicote dos Estados árabes a Israel e as sanções da Organização da União Africana (OUA) contra o apartheid na África do Sul, mas as principais ferramentas para forçar as partes em conflito a se reunirem na mesa de negociação e mediação (Diehl 2003).

Terceiro, organizações não governamentais como a Anistia Internacional, Grupo de Crise Internacional, o Centro Carter, o Centro para Diálogo Humanitário na Suíça têm sido cada vez mais usadas em vários aspectos da resolução de conflitos, como serviços essenciais, ajuda humanitária,

reassentamento de refugiados, desenvolvimento de infraestrutura, atividades de base e coordenação da diplomacia cidadã. Além disso, as atividades de treinamento visam a ação direta, transferência de habilidades e fortalecimento institucional. A intervenção parcial de terceiros privilegiados promove relacionamentos cooperativos com atores locais e combina com as tradições locais de promoção da paz e ferramentas modernas de resolução de conflitos (Bercovitch e Jackson 2009).

Se olharmos para os últimos 200 anos de história da América Latina, podemos concluir que os primeiros 100 anos viram a independência da região e relativamente muitos conflitos interestatais e disputas de fronteira. Mas os últimos 100 anos testemunharam a falta de guerra e a relativa longa paz. Os problemas de segurança e conflito foram atendidos principalmente pela organização regional interamericana, a OEA. Houve algumas tentativas bem-sucedidas e algumas fracassadas de abordar questões de se, tais como: a Comunidade das Nações Andinas (CAN), Alternativa Bolivariana para Nossas Américas (ALBA, que significa "amanhecer" em espanhol), União de Estados da América do Sul (UNASUL), Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), Livre Comércio das Áreas das Américas (ALCA), Mercado Comum Centro-Americano (CACM), etc. Essas novas instituições regionais mostraram que o domínio unipolar dos EUA tem diminuído e a multipolaridade e a influência de outros atores internacionais (a UE e a China) vem crescendo na primeira década do século XXI. As organizações regionais da América Latina estão em todos os lugares e se multiplicam com funções sobrepostas e segmentação de territórios. No entanto, isso não leva a instituições supranacionais como a UE ou elites tecnocráticas como a UE. Embora os conflitos de fronteira territorial sejam raros na América Latina, ainda existe a possibilidade de que as fronteiras marítimas se tornem mais proeminentes em termos de interesses geoeconômicos e recursos naturais (Malamud e Schenoni 2016).

As Nações Unidas têm beneficiado os países da América Latina para alcançar a paz positiva, ou seja, o crescimento econômico e a transformação, bem como o desenvolvimento sustentável. Com a ajuda e apoio de agências da ONU, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Programa Mundial de Alimentos (PMA), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Fundo das Nações Unidas para as Populações (UNFPA) e Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP), os países da América Latina melhoraram sua nutrição básica, educação primária, saúde preventiva, promoção da igualdade de gênero e preservação do meio ambiente. A ONU desempenhou um papel vital nos problemas ambientais globais e regionais da América Latina na última década. Como a região amazônica é

muito importante para as mudanças climáticas globais, as iniciativas da ONU têm se concentrado na redução da poluição do ar nas grandes cidades latino-americanas e na promoção do uso de energias renováveis.

O PNUMA, que se estabeleceu especificamente para apoiar o combate às ameaças ambientais globais, também implementou programas regionais de planejamento do uso da terra, manejo florestal, proteção de água doce e recursos marinhos, fortalecimento da capacidade do setor público, treinamento de funcionários do governo e melhoria de regulamentos e leis ambientais (Adams 2010). No longo prazo, a ONU tem ajudado cada nação da América Latina a usar de forma mais eficaz seus recursos, atender às necessidades humanas, ter menos problemas de saúde pública, aumentar a frequência e o desempenho das crianças na escola e aumentar a produtividade e a capacidade dos adultos no local de trabalho.

É necessário ressaltar que os países da América do Sul têm aumentado sua contribuição e participação nas medidas coletivas de segurança, nomeadamente as operações de manutenção da paz das Nações Unidas (OMP). O primeiro fator importante sobre a cultura de manutenção da paz comum e compartilhada da América do Sul são os fortes elementos normativos sobre defesa ampla e política externa e a coordenação de políticas de operações de manutenção da paz (Kenkel 2013). Como a Guerra Fria terminou na Europa quase sem nenhum conflito importante e a cooperação das superpotências na resolução de conflitos e construção da paz atingiu o ponto mais alto, as Nações Unidas têm efetivamente empreendido a resolução pacífica de conflitos regionais na região da América Latina.

Da mesma forma, os Secretários Gerais da ONU foram enviados no lugar certo e na hora certa para boas missões de escritório. Por exemplo, as habilidades individuais de Javier Pérez de Cuellar foram eficazes na resolução do processo de paz da América Central. Da mesma forma, Boutros Boutros-Ghali envolveu 75 missões de bons escritórios e de apuração de fatos e visitou 23 Estados, incluindo alguns países da América Latina. Além disso, representantes especiais do Secretário-Geral da ONU, como Jean Arnault e Alvaro de Sato, desempenharam papéis importantes na mediação de acordos de paz na Guatemala e em El Salvador.

Além de órgãos da ONU, como o Conselho de Segurança e o Secretário-Geral, órgãos e organizações regionais como a OEA e outras organizações regionais da América Latina têm sido usados dentro do mandato explícito da Carta das Nações Unidas para ajudar seus membros a encontrar uma solução pacífica para seus conflitos. Além disso, grupos de Estados formaram agrupamentos ad hoc com o objetivo de fornecer assistência diplomática para soluções pacíficas de conflitos entre ou dentro de outros Estados sob os

auspícios da ONU. Por exemplo, a ONU tornou-se um mediador da paz com a ajuda do grupo Contadora, formado por chanceleres de vários países da América Central e da América Latina (Wilson 2014).

Na América Latina, a ONU teve um histórico misto de sucesso na busca de soluções pacíficas para conflitos que ameaçavam a paz e a segurança regionais. O sucesso dos esforços diplomáticos da ONU na América Latina dependeram, principalmente, da existência de circunstâncias políticas propícias para facilitar a solução de controvérsias. De acordo com o Capítulo VII da Carta da ONU, o Conselho de Segurança só pode ser eficaz se as partes em conflito estiverem dispostas a se submeterem plenamente à possibilidade de um acordo pacífico. Além disso, o sistema de segurança coletiva da ONU evoluiu para medidas mais robustas e criativas, especialmente durante o século XXI na América Latina.

REFERÊNCIAS

Adams, Francis. 2010. *The United Nations in Latin America:* Aiding Development, New York: Routledge.

Aravena, F. Rojas. 2018. *Peace and Security in Latin America:* New Challenges, New Directions. Ursula O. Spring and Serena E.S.

Oswald (eds.), *Risk, Violence, Security, and Peace in Latin America:* 40 Years of the Latin America Council of Peace Research (CLAIP), Switzerland: Springer, 59-60.

Beigbeder, Yves. 1994. *International Monitoring of Plebiscites, Referanda and National Elections:* Self Determination and Transition to Democracy, Netherlands: Martinus Nijhofff Publishers.

Bercovitch, Jacob and Richard Jackson. 2009. *Conflict Resolution in the Twenty-first Century:* Principles, Methods, and Approaches, An Arbor, MI: University of Michigan Press.

Brands, Hal. 2010. *Latin America's Cold War*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Carpenter, Ami C. 2016. "Gang Conflict and Drug Trafficking: Challenges and Opportunities for Conflict Resolution in Mexico and Central America", Kirsten Howarth and Jenny H. Peterson (eds.), *Linking Political Violence and Crime in Latin America, Lanham*, MD: Lexington Books,2016, 27-51.

Child, Jack. 1992. *The Central American Peace Processes*, 1983-1991: Sheathing Swords, Building Confidence, Boulder: Lynne Rienner.

CNN. 2018. "Mexico Drug War Fast Facts". *CNN,* July 16, 2018. https://edition.cnn.com/2013/09/02/world/americas/mexico-drug-war-fast-facts/index.html

Colletta, Nat et.al. 2000. "Toward an Architecture for Sustainable Peace and Development: Lessons from the World Bank's Experience", Andres Solimano (ed.), *Colombia:* Essays on Conflict, Peace, and Development, Washington D.C.: World Bank, 2000, pp. 159-182.

Dent, David W. and Larman C. Wilson. 2014. *Historical Dictionary of Inter-American Organizations,* Lanham: Scarecrow Press.

Diamint, Rut. 2013. "From Fear to Humanitarianism: Changing Pattern in Argentina's Involvement in Peace Operations", Kai Michael Kenkel (ed.), *South America and Peace Operations:* Coming of Age, New York: Routledge, pp. 132-150.

Diehl, Paul F. 2003. "Conclusion: Patterns and Discontinuities in Regional Conflict Management", Paul F. Diehl and Joseph Lepgold (eds.), *Regional Conflict Management, Lanham:* Rowman and Littlefield Publishers, 2003, pp. 269-281.

Fishel, John T. 2008. "Latin America: Haiti and Beyond", Donald C.F. Daniel et al., *Peace Operations: Trends, Progress, and Prospects,* Washington D.C.: Georgetown University Press, pp. 153-167.

Galtung, Johan. 1969. "Violence, Peace, and Peace Research", J*ournal of Peace Research*, 6, no. 3, 1969, pp. 167-191.

Galtung, Johan. 1990. "Cultural Violence", *The Journal of Peace Research,* 27(3), 1990, pp. 291-305.

Galtung, Johan and Dietrich Fischer. 2013. *Johan Galtung*: The Pioneer of Peace Research, Dordrecht: Springer, 2013.

Hansel, Paul R. et al. 2006. *The Colonial Legacy and Border Stability:* Uti Possidetis and Territorial Claims in the Americas. Online, available at: http://paulhensel.org/Research/io05.pdf

Howard, Tiffiany. 2016. *Failed States and the Origins of Violence:* A Comparative Analysis of State Failure as a Root Cause of Terrorism and Political Violence, New York: Routledge.

Kacowicz, Arie M. 1998. *Zone of Peace in the Third World: South America and West Africa in Comparative Perspective*, Albany, NY: SUNY Press.

Kacowicz. Arie M. 2005. *The Impact of Norms in International Society:* The Latin America Experience, 1881-2001, Notre Dame, IN: University of North Dame Press.

Kenkel, Kai Michael. 2013. "Conclusions: Securing South America's Peace

Operations acquis post-MINUSTAH", Kai Michael Kenkel (ed.), *South America and Peace Operations*: Coming of Age, New York: Routledge, pp. 188-201.

Kennedy, Paul. 2006. *The Parliament of Man:* The Past, Present, and Future of the United Nations, New York: Random House.

Kingstone, Peter. 2011. *The Political Economy of Latin America:* Reflections on Latin America: Reflections on Neoliberalism and Development, New York: Routledge.

Koops, Joachim A. 2015. "United Nations Observer Group in Central America

(ONUCA)", Joachim A. Koops et al., *The Oxford Handbook of United Nations Peacekeeping Operations*, Oxford: Oxford University Press, pp. 306-313.

Malamud, Andres and Luis L. Schenoni. 2016. "Neoliberal Institutionalism and Neofunctionalism in Latin American Security Studies", David R. Mares and Arie M. Kacowicz (eds.), *Routledge Handbook of Latin American Security*, New York: Routledge, pp. 44-56.

Marcondes de Souza Neta, Danilo. 2013. "Regional Defense Integration and Peacekeeping Cooperation in the Southern Cone", Kai Michael Kenkel (ed.), *South America and Peace Operations:* Coming of Age, New York: Routledge, pp. 64-81.

Marcondes de Souza Neta, Danilo 2018. "A Renewed Partnerhsip?: Contemporary Latin America-Africa Engagement", Dawn Nagar and Charles Mutasa (eds.), *Africa and the World: Bilateral and Multilateral International Diplomacy*, New York: Palgrave MacMillan, 2018, pp. 209-244.

Mares, David R. 2001. *Violent Peace:* Militarized Interstate Bargaining in Latin America, New York: Colombia University Press.

Martin, F. E. 2006. *Militarist Peace in Latin America:* Conditions for War and Peace, New York: Palgrave.

McClintock, Cynthia. 2018. *Electoral Rules and Democracy in Latin America*, Oxford: Oxford University Press.

Merke, Federico. 2011. "The Primary Institutions of the Latin American Regional Interstate Society", *Paper Presented at the IDEAS Latin America Programme*, LSE, London. Thursday, January 27, 2011. http://repositorio.udesa.edu.ar/jspui/bitstream/10908/488/1/%5bP%5d%5bW%5d%20DT11FedericoMerke.pdf

Oelsner, Andrea. 2009. *International Relations in Latin America:* Peace and Security in the Southern Cone, New York: Routledge.

Orakhelashvili, Alexander. 2011. *Collective Security*, Oxford: Oxford University Press.

Orozco, Manuel. 2002. I*nternational Norms and Mobilization for Democracy:* Nicaragua in the World, New York: Routledge.

Ögretir-Özçelik, Ayse Dilek. 2017. "Aggression Theories Revisited: Lorenz's Instinctivism, Wilson's Socio-biology, and Skinner's Behavioral Theories, *Journal of Asian Scientific Research*, vol. 7, no.2, 2017, 38-45. http://www.aessweb.com/pdf-files/JASR-2017-7(2)-38-45.pdf

Ögretir-Özçelik, Ayse Dilek. 2017. "Explanation and Understanding of Human Aggression: Freudian Psychoanalytical Analysis, Fromm's Neo-Freudian Perspectives, and Bandura's Social Learning Theory", *International Journal of Social Science and Economic Research,* vol. 2, no.1, January 2017, 2151-2164. http://www.ijsser.org/uploads/ijsser_02__133.pdf

Ögretir, Ayse Dilek and Sezai Özçelik. 2008. "The Study of Ethnocentrism, Stereotype, and Prejudice: Psycho-analytical and Psycho-dynamic Theories", *Journal of Qafqaz University,* vol. 24, Fall 2008, pp. 236-244.

Özçelik, Sezai. 2018. "Latin Amerika Çatısmaları ve Analizleri", Ismail Ermagan (ed.), *Dünya Siyasetinde Latin Amerika* 2, Ankara: Nobel Yayınevi, 271-295.

Özçelik, Sezai. 2016. "Latin Amerika ve Ortadogu: Benzerlikler ve Farklılıklar", *Yeni Türkiy*e: Ortadogu Özel Sayısı-I, sayı 82, yıl 22, Ocak-Haziran 2016, 306-315.

Özçelik, Sezai. 2019. "Introduction", Nejat Dogan (eds.), *International Security*, Eskisehir: Anadolu University Publication, 2019, p. 23.

Özçelik, Sezai.2015. "Climate Change Negotiations Positions of the United States, the European Union, and the G-77 before and after the Kyoto Protocol: 1995-2002", *Enerji ve Diplomasi Dergisi*, vol. 1, no.1, issue 2, 2015, 34-60.

Özçelik, Sezai. 2018. "The Cold War Re-visited: Explaining and Understanding of the End of the Cold War", *The Turkish Yearbook of International Relations*, vol. 49 (1), 2018, pp. 1-20. http://dergiler.ankara.edu.tr/dergiler/44/2259/23496.pdf

Pallister, Kevin. 2017. *Election Administration and the Politics of Voter Access*, New York: Routledge.

Romero, Carlos A. 1998. "Exporting Peace by Other Means: Venezuela", Jorge I. Dominguez (ed.), *International Security and Democracy:* Latin

America and the Caribbean in the Post-Cold War Era, Pittsburg, PA: University of Pittsburgy Press, pp. 151-166.

Scarfi, Juan Pablo. 2016. "In the Name of the Americas: The Pan-American Redefinition of the Montroe Doctine the Emerging Language of American International Law In the Western Hemisphere, 1898-1933", *Diplomatic History*, 40, vol. 40, issue 2, April 2016, p. 189-218.

Shaw, Carolyn M. 2003. "Conflict Management in Latin America", Paul F. Diehl and Joseph Lepgold (eds.), *Regional Conflict Management,* Lanham: Rowman and Littlefield Publishers, pp. 123-152.

Smith, Joseph. 2005. *The United States and Latin America:* A History of American Diplomacy, 1776-2000, New York: Routledge.

Smith, Joseph. 2007. *Historical Dictionary of United States-Latin American Relations*, Lanham, MD: The Scarecrow Press.

Sotomayor, Arturo. 2015. "Latin America's Experience with Peace Support Operations: From Peacekeeping Recipients to Peace Exporters", David R. Mares and Arie M. Kacowicz (eds.), *Routledge Handbook of Latin American Security*, New York: Routledge, p. 324-335.

US State Department, Office of the Coordinator for Counterterrorism. 2012. Country Report on Terrorism 2011, July 2012; Matthew Levitt, "South of the Border, A Threat from Hezbollah", *The Journal of International Security Affairs*. https://www.washingtoninstitute.org/uploads/Documents/opeds/Levitt20130515-JISA.pdf

Toothaker, Christopher. 2011. "Chavez: New Regional Group Revive Bolivar's dream", *The Associate Press*, December 02, 2011. https://www.nytimes.com/2011/12/03/world/americas/venezuela-new-regional-group-meets.html

Villa, Rafael D. 2017. "Security Community or Balance of Power?: Hybrid Security Governance in Latin America", Marcial A.G. Suarez et al., *Power Dynamics and Regional Security in Latin America*, New York: Palgrave MacMillan, pp. 77-100.

Whitfield, Teresa. 1999. "The Role of the United Nations in El Salvador and Guatemala: A Preliminary Comparison", Cynthia Arnson (ed.), *Comparative Peace Processes in Latin America*, Standford, CA: Standford University Press, pp. 257-290.

Wilson, Gary. 2014. *The United Nations and Collective Security*, New York: Routledge.

Wilson, Larman C. and David W. Dent. 1995. "The United States and the OAS", David W. Dent (ed.), *U.S.-Latin American Policymaking:* A Re-

ference Handbook, Westport, CT: Greenwood Press, pp. 24-44.

RESUMO
Este artigo tem como objetivo explicar a mudança no nível de conflito e violência interna da América Latina em relação a outras regiões do mundo. Ele examina um único subsistema regional, a América Latina no contexto do conflito e da paz, bem como o papel das Nações Unidas. Em primeiro lugar, visa lançar luzes sobre as principais transformações e mudanças em termos de questões políticas, econômicas, sociais e culturais na América Latina. Em segundo lugar, o conceito de zona de paz é examinado no contexto da região. As principais atividades das Nações Unidas em relação ao conflito e à paz são investigadas na terceira seção. Em conclusão, destaca as lições aprendidas com os processos de conflito e paz na América Latina.

PALAVRAS-CHAVE
Paz; Conflito; América Latina; Nações Unidas; Zona de Paz.

Recebido em 07 de julho de 2020
Aprovado em 08 de março de 2021

Traduzido por Gabriela Ruchel